



MOVIMENTOS SOCIAIS

Justiça volta a enquadrar o MST

Graças a duas decisões judiciais, a estratégia do Movimento dos Sem-Terra (MST), de se negar a ter existência jurídica para evitar controles de órgãos oficiais e a responsabilização civil e penal por suas invasões e depredações, pode estar com os dias contados. A primeira decisão foi tomada há duas semanas pelo juiz federal Carlos Henrique Haddad, de Marabá

(PA). A segunda acaba de ser anunciada pela juíza estadual Marcela Papa, da 1ª Vara de Martinópolis (SP).

Os dois magistrados condenaram o MST e entidades a ele vinculadas ao pagamento de multas por descumprimento de determinações judiciais. O juiz Carlos Haddad condenou três integrantes da entidade a pagarem R\$ 5,2 milhões por terem liderado uma mani-

festação que bloqueou parte da Estrada de Ferro Carajás, pertencente à Vale, em abril deste ano.

Por sua vez, a juíza Marcela Papa condenou o MST e o Mast ao pagamento de multa de R\$ 150 mil por descumprimento de determinação judicial de reintegração de posse numa fazenda localizada no Pontal do Paranapanema. A propriedade foi ocupada pela terceira

vez no período de um ano e os invasores, desacatando a Justiça, negaram-se a cumprir a ordem de desocupação. Além da multa, a novidade está no fato de que a titular da 1ª Vara do Fórum de Martinópolis expediu ofício ao Banco Central impondo o bloqueio online dos valores encontrados nas contas da entidade e dos órgãos a ela vinculados.

Fonte: Agência Estado em http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080805/not_imp217557.0.php

AGRONEGÓCIO

Stephanes diz que legislação ambiental congela 70% da área do país

Apesar da grande preocupação de ambientalistas com os efeitos do desmatamento e degradação de reservas florestais brasileiras, empresários do agronegócio criticam exagero nessa questão. Essa queixa ganhou amparo em comen-

tários do próprio ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. Segundo ele, o Ministério teve acesso a um estudo que mostra que se a legislação ambiental do país for levada em conta detalhadamente, 70% do território brasileiro estaria con-

gelado para a agricultura.

- Eu não tenho mais medo da extinção da floresta, mas da área agricultável do Brasil - disse.

O número é praticamente o dobro do que foi divulgado pelo setor agropecuário hoje, que tinha contas de 38% de território

protegido por reservas florestais, indígenas e de quilombolas. Segundo Stephanes, entretanto, se a lei fosse levada ao pé da letra, não haveria café em Minas Gerais, frutas em Santa Catarina, nem uvas no Rio Grande do Sul.

Fonte: Valor citado em http://oglobo.globo.com/.../stephanes_diz_que_legislacao_ambiental_congela_70_da_area_do_pais

FLORESTAS PLANTADAS

VCP passa a deter 56% do capital da Aracruz

Menos de três meses após o fim do acordo de acionistas da Aracruz Celulose, em 11 de maio deste ano, a Votoran-

tim Celulose e Papel (VCP) deu o primeiro passo para criar uma gigante mundial de celulose: a empresa anunciou a compra

de 127,5 milhões de ações ordinárias (ON) da Aracruz (28% do capital), hoje em poder da holding Lorentzen. O valor do

negócio é de R\$ 2,71 bilhões. Com isto, a VCP, que já detinha 28% da Aracruz, passa a deter 56%.

Fonte: Jornal do Comércio em <http://jcrs.uol.com.br/noticias.aspx?pCodigoNoticia=9530&pCodigoArea=33>

AGENDA LEGISLATIVA

Câmara dos Deputados

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR

Reunião Ordinária em 13/08/2008 às 10h

Projeto de Lei Nº 3.082/08 - do Sr. Homero Pereira - que "reabre o prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira, altera o art. 7º do Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e dá outras providências".

Requerimento Nº 299/08 - dos Srs. Marcos Montes e Moreira Mendes - que "requer audiência pública com o Exellentíssimo Senhor Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para discutir o decreto no. 6514, de 22 de julho de 2008"

Requerimento Nº 305/08 - dos Srs. Marcos Montes e outros - que "requer aprovação do anteprojeto de Decreto Legislativo para sustar os efeitos do Decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências".

O NÚMERO É...

11,8

milhões de toneladas de celulose

o total produzido em 2007 pelas indústrias do país.

EVENTOS

5º Simpósio de Pós-Graduação em Ciências Florestais

De 14 a 16 de agosto de 2008 - Brasília, DF

<http://efl.unb.br/simposio/index.html>

III Reunião de Integração e Atualização Técnica em Floresta Plantada

Dias 16 e 17 de setembro de 2008 - Piracicaba e Mogi-Guaçu, SP

<http://www.ipef.br>